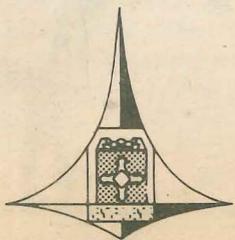


L • E • T • R • A • S
D I

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Brasília, dezembro/1992 - Ano 1 - Nº 2



SUPLEMENTO CULTURAL
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

IDEAIS MUDANCISTAS

O receio de que o Brasil pudesse ser ocupado ou dominado por outras nações estrangeiras, despertou a idéia de se interiorizar a capital do país.

Nesse sentido, pronuncia-mentos ilustres e ações efetivas foram realizadas, desde os primórdios da nossa colonização.

A constituição federal de 1881 já determinava: "fica pertencente à união, no planalto central da república uma zona de 14.400 km² que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura capital da República".

Assim, logo em 1891, foi constituída a primeira comissão exploradora do planalto central do Brasil, chefiada pelo engenheiro belga Dr. Luiz Cruls, na época diretor do observatório nacional.

A comissão era formada de 22 membros, de várias profissões: agrônomos, geólogos, médicos, artes, astrônomos, farmacêuticos, botânicos, pessoal de apoio e ajudantes.

Esta comissão permaneceu por 7 meses no planalto, tendo uma de suas equipes se instalado a margem direita do córrego do Brejo, hoje do Acampamento, ou ainda da "Água Mineral".

A instalação de seus aparelhos de observação deu-se no ponto mais alto — "alto da mira" — hoje atrás do memorial JK.

O plano piloto de hoje, ocupa a área então chamada "Larga do Bananal" de propriedade dos irmãos Francisco Alexandrino Lobo e Honório de Souza Lobo, de Formosa.

Em visita de apoio à comissão, em sua propriedade, Francisco Alexandrino Lobo, juntamente com outras pessoas que o acompanhavam, solicitaram à comissão que no aproveitamento das folhas de buriti para cobertura dos ranchos, então improvisados, poupassem as árvores, evitando que fossem derrubados os buritizais e que aproveitassem as folhas, retirando-as somente.

No que foi objetado por um membro da comissão justificando que seu pedido só poderia ser atendido se ele mesmo, o proprietário das terras e dos buritis, fosse derrubar as folhas.

Regressando a Formosa, chocado com a resposta ao seu pedido, Francisco Alexandrino Lobo fez uma representação ao juiz de direito de Goiás, Dr. Marcelo Francisco da Silva, progenitor do ilustre advogado goiano Dr. Coleman Natal e Silva, solicitando indenização pelos danos causados. Dr. Marcelo concedeu despacho favorável à petição, recorrendo, ex-officio, ao Supremo Tribunal Federal, no Rio de Janeiro, por se tratar

Memória do Planalto

Mestre D'Armas (II)

Concluindo o ensaio iniciado em DF-LETRAS Nº 1, o autor, verdadeira memória viva do Planalto Brasiliense, relata-nos aqui, muitas vezes com base em fatos e observações pessoais, a trajetória histórica de Planaltina-DF, onde nasceu em 1903.

HOSANNAH CAMPOS GUIMARÃES

Academia de Letras e Artes do Planalto



de sentença desfavorável à União.

Esta sentença, reconhecendo inclusive o direito de propriedade da área, foi valiosa para os antigos proprietários em defesa de seus direitos que chegaram a ser contestados, postos em dúvidas, face ao art. 3 Constituição de 1891, com o seu "fica pertencente a união"...

A PEDRA FUNDAMENTAL
Em 1921, os deputados federais Rodrigues Machado e Americano do Brasil, este goiano, apresentam projeto, objetivando lançar a pedra fundamental da futura capital do Planalto Central e sugerindo de imediato, o início da sua construção. O projeto recebeu a sanção presidencial através do decreto nº 4.494, determinando o lançamento da pedra fundamental da

futura capital federal. Este decreto foi assinado pelo presidente Epitácio Pessoa e o ministro da aviação José Pires do Rio, em 18 de janeiro de 1922.

Atendendo a determinações do decreto, providências foram tomadas para a fixação do marco. O ministro da aviação incumbiu o engenheiro Balduino Ernesto de Almeida, diretor da estrada de ferro Goiás, com sede em Araguari, para cumprir a missão.

A 1º de setembro de 1922, a comitiva parte de Araguari com destino a Ipameri e de lá prossegue de carro para o quadrilátero Cruls. A caravana com 11 pessoas chefiada pelo engenheiro Balduino, com mestre de obra e pessoal de apoio, levando em caminhões o material necessário à implantação da pedra,

chegaram até Planaltina.

O local escolhido foi à margem direita do Rio São Bartolomeu, próximo a uma vertente conhecida como cabeceira da Pindaíba, em uma colina, que passou a ser denominada Serra da Independência, com duas elevações que se destacam, a que deram os nomes de Morro do "Centenário" e "Sete de Setembro".

A edificação, iniciada em 6 de setembro foi concluída no dia 7 de setembro, antes do meio dia. Assim, a previsão legal de seu assentamento para o meio dia do 7 de setembro de 1922, foi cumprida.

Na edificação da pedra foram usados 33 blocos, em comemoração aos 33 anos da proclamação da república (1889 — 1922).

A solenidade oficial, confor-

me a ata do seu lançamento, se deu ao meio dia do dia 07 de setembro contando com a presença do engº chefe Adelino de Guaypurus Piranema representando o Exército Nacional, o engenheiro Aldo de Moura Azevedo representando a Câmara dos Deputados Federais, o juiz de direito de Formosa Dr. Artur Abdon Pova, representando o Governo do Estado de Goiás, o deputado Evangelino Meireles (de Luziânia) representante da Câmara e do Senado Estaduais, o deputado federal Americano do Brasil, representante dos municípios de Santa Luzia, Formosa e Planaltina e grande massa popular.

O engº Balduino Ernesto de Almeida declara então lançada a pedra fundamental e iça a bandeira nacional ao som do Hino Nacional e dirige a todos, autoridades e povo, palavras alusivas ao ato. Falaram ainda representantes do Governo do Estado, da Câmara e do Senado Estaduais e ainda o representante dos municípios de Formosa e Planaltina, Dr. Francisco Hugo Lobo.

Além de grande massa popular, em sua maioria, pessoas de Planaltina, e de cidades vizinhas, estiveram presentes Gelmires Reis de Luziânia, José Teodolino da Rocha de Formosa, e de Planaltina, o proprietário da área onde se lançava a pedra, Salviano Monteiro Guimarães e seus filhos Gabriel e Sebastião Campos Guimarães.

Nesta pedra há uma placa de metal com os seguintes dizeres:

"Sendo presidente da República o excelentíssimo senhor Dr. Epitácio da Silva Pessoa em cumprimento do disposto no decreto nº 4.494, de 18 de janeiro de 1922, foi aqui colocada em 7 de setembro de 1922, ao meio dia, a pedra fundamental da futura capital federal dos Estados Unidos do Brasil".

Em 07 de setembro de 1922, sendo governador do Distrito Federal, José Ornellas de Souza Filho, Secretária de Educação e Cultura a professora Eurides Brito da Silva e administrador regional de Planaltina Salviano Antonio Guimarães Borges, o monumento foi tombado, pelo decreto nº 7.010, de 07 de setembro de 1982.

COMISSÃO POLI COELHO

Em 1945, o presidente Eurico Gaspar Dutra reativou o tema de mudança da capital, nomeando nova comissão de doze membros, entre eles o então governador de Goiás, Dr. Jerônimo Coimbra Bueno, e chefiada pelo general Djalma Poli Coelho.

Esta comissão teve sua solução retardada por mais de 2 anos por causa da atuação do engenheiro Lucas Lopes e do deputado mineiro Benedito Valadares, que juntamente com

outros políticos defendiam a transferência da capital para a região do Triângulo Mineiro, Paracatu ou Juiz de Fora.

Após debates acerca do assunto, a Comissão Poli Coelho decidiu que a área já estava escolhida anteriormente pela comissão Cruls.

Sendo Jerônimo Coimbra Bueno — governador de Goiás e eu, o vice-governador, originário de Planaltina, foi-me solicitado criar condições de hospedagem para a comissão em minha terra natal, quando da sua visita ao Planalto, como também de dar-lhe toda a assistência necessária.

Escolhido o local, Jerônimo ponderou-me:

“A localização no Planalto, além de ser a melhor para o Brasil é também para Goiás, cuja configuração geográfica dificulta a administração do estado, vez que a área escolhida o divide ao meio, constituindo-se no sul do norte e no norte do sul e proporcionando uma melhor administração, especialmente para a área norte, mais pobre e de mais difícil acesso”.

Por outro lado, mandou construir um campo de aviação, próximo à cidade e instalou um rádio para comunicação, com um operador, para o atendimento à comissão.

O general Djalma Poli Coelho e os membros da comissão foram hóspedes, por 3 vezes, durante o período da escolha do local (15 dias, 7 dias e 3 dias respectivamente) em nossa fazenda, então conhecida como “Larguinha”.

Em 1948, a comissão apresentou relatório, mantendo a mesma localização sugerida pela Comissão Cruls.

COMISSÃO JOSÉ PESSOA

Em 04 de abril de 1955, chega a Planaltina uma nova Comissão chefiada pelo marechal José Pessoa de Cavalcante e designada pelo presidente João Café Filho.

No dia 04 de fevereiro de 1956, o marechal José Pessoa, o brigadeiro Clóvis Travassos e o Dr. Ernesto Silva — presidente, membro e secretário da comissão de estudos para construção da nossa capital, em um carro “Chevrolet” 51, cedido por Iron Chaves, filho de Formosa e fazendeiro do município de Planaltina, e tendo como guia um filho de Planaltina, Laerte Carlos de Alarcão, então coletor federal, chegam a uma pequena elevação à margem esquerda do Córrego Acampamento, por coincidência, na mesma posição onde acampara anteriormente a Comissão Cruls. E há poucos quilômetros de onde Cruls havia construído a plataforma de observação, no ponto mais alto da região.

E o marechal Pessoa sentenciou:

“Está decidido, será este o sítio”, referindo-se ao sítio Castanho e solicitou retorno a Planaltina, de onde voaria para o Rio de Janeiro, levando a decisão ao excelentíssimo senhor Presidente da República João Café Filho.

E podemos assim concluir:

“Cruls demarcou; Poli Coelho confirmou e o marechal Pessoa definiu”.

AGRICULTURA E PECUÁRIA ANTIGAS

Tendo em vista a inexistência de recursos minerais em Planaltina, a economia partiu para uma agricultura rudimentar e de subsistência.

Na medida do crescimento populacional, iniciou-se um novo ciclo, o da “pecuária”, sendo em maior escala a criação do gado bovino e em menor a de equino.

O gado existente, inicialmente, era o “curraleiro” ou “pé duro” que prevaleceu até o início deste século, quando foi trazido de Uberaba para Planaltina um touro zebu, por Ernesto Amado da Silva, proprietário da fazenda Encruzilhada, pouco além da atual cidade de São Gabriel de Goiás.

Um filho deste touro — de nome Suropo — foi adquirido por Salviano Monteiro Guimarães — meu pai — que o levou para a fazenda, Santa Cruz, de sua propriedade.

Impressionado com o resultado do cruzamento em peso e aparência da produção do touro, Salviano sentiu-se estimulado a prosseguir e voltando a Uberaba-MG adquiriu de José Caetano Borges, da fazenda do Cassu, uma leva composta de 20 novilhas, 2 vacas e 2 touros — um nelore, de nome Japão, e outro Guzerá, de nome Fazenda.

A partir deste plantel iniciou-se a melhoria do gado na região e a introdução do zebu no norte de Goiás.

Por outro lado, o cruzamento do touro nelore — Japão — com as mochas “curraleiras” deram como produção um gado, na maioria mocha, muito pesado, com características semelhantes hoje ao do “Tabapuã”.

A produção era vendida na região e também fora dela, como foi o caso de uma venda feita, de gado dessa raça, por meu irmão Gabriel Campos Guimarães, da fazenda Cocal do Andrade a um fazendeiro de Silvânia da família Louza, e que posteriormente foi adquirido, de terceiros, por Alberto Ortemblad — criador, selecionador e fixador da raça Tabapuã em São Paulo e no Brasil.

Quanto à criação de equinos, os animais existentes eram comuns, sem nenhuma característica racial predominante.

O primeiro equino de raça a chegar no município foi um

“Campolina” adquirido por Salviano Monteiro Guimarães, de procedência mineira, denominado “Sentinela”. A partir daí verificou-se uma melhoria na produção e, em 1948, o general Poli Coelho — que chefiava a comissão de escolha da área do futuro Distrito Federal já fez suas incursões montado em um de seus descendentes.

No final da década de trinta um boiadeiro, mineiro de Monte Carmelo — Joaquim Martins Mundin (Quinca Mundim) trouxe-me de presente um cavalo da raça Mangalarga Marchador e o cruzamento de suas descendentes com dois jumentos da raça “Pega”, adquiridos por mim (um de Gastão Lapesquier de Paracatu e outro do fazendeiro paulista Orlando Junqueira de Orlândia), incrementaram a produção de muares no município.

Outro aspecto peculiar que ocorreu na região foi a exportação de potros e cavalos para os pantanais e garimpos de Mato Grosso no fim do século passado.

Criados na região, este comércio de equinos teve início em Formosa pelo coronel Valeriano de Castro (Valú), e levados até Mato Grosso por comitivas, em levas de aproximadamente 80 a 100 animais.

Tal comércio estabeleceu-se intensamente. Primeiro, porque o transporte lá existente era o “boi” comum — animal pachorrento e lerdo — e o garimpeiro vaidoso dava preferência ao cavalo — muito melhor em aparência e rapidez. Havia na região matogrossense uma moléstia chamada “naganose”, conhecida popularmente como “mal de escancho ou peste de cadeira”, produzido por um tripanossoma, hospedeiro da capivara, cachorro ou tatu, que a mosca transmitia aos equinos, dando-lhes uma vida curta, fazendo com que tivessem o seu valor elevado, justificando a sua importação.

Meu pai, aos 20 anos, iniciou este comércio e por três anos consecutivos foi aos pantanais, saindo em março levando cavalos, vendendo-os e regressando em outubro com bois, adquiridos de fazendeiros de Goiás, de Porangatu, Amaro Leite, Urugu, São José do Tocantins etc. Após descanso na Larga do Bananal, que alugava, hoje Plano Piloto, os levava para Minas Gerais, passando pelos Arrependidos na direção a Monte Carmelo, Patrocínio, Patos de Minas etc., vendendo-os e regressando para uma nova investida.

PRIMÓRDIOS DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA — ENERGIA E ESTRADAS

Apesar de ser o melhor núcleo habitacional e a mais nova cidade da região, Planaltina contou com a implantação de al-

gumas indústrias fundamentais ao seu progresso e sobrevivência, a partir dos anos vinte deste século.

Ao lado da agricultura e pecuária, verificou-se o fortalecimento das atividades comercial e industrial.

O comércio contava com lojas, destacando-se a “Casa Lealdade” de Epaminondas da Silva Campos, a “Loja Grande” de Alexandre Salgado e Salviano Monteiro Guimarães. Estas firmas adquiriam os produtos em sua maior parte de São Paulo (sal, tecidos, ferragens, armários, etc) e outros de Goiás, principalmente o café de Corumbá, e exportavam sola para São Paulo, e os calçados, arreios e artefatos de couro para outros municípios de Goiás.

Tinham como mercado consumidor, além da própria cidade, as demais vizinhas onde se estabelecia a venda destes produtos e a compra do gado para a formação de boiadas.

Por força do comércio, tornou-se necessária a implantação de indústrias, também na 3ª década deste século, destacando-se: o curtume, a charqueada, a selaria e os calçados, todas surgidas em função das atividades pecuária e comercial.

Com a inexistência de mão-de-obra capacitada para operar as indústrias tornou-se necessário buscar em São Paulo artifices nestas áreas, originando a vinda para cá de Vittorino Benvinhati, Pilades Grassini, Alexandre Sicheiroli, os “Del Fiacco” e “Salgueiro Banó”, todos de São Paulo.

A partir deste grupo básico, formando empresas, outros planaltinenses se iniciaram neste setor, num processo de aprendizagem, como Otaviano Souza Guimarães, Otavinho e muitos outros. A comercialização, na sua maior expressão, acontecia com os municípios vizinhos embora atendesse outros do estado.

O produto do curtume — a sola — era exportada, principalmente para São Paulo.

Em decorrência destas indústrias, outras melhorias foram se tornando necessárias, como a construção de estradas e a implantação da luz elétrica, pela mesma firma particular, com apoio da prefeitura municipal.

A necessidade de melhores transportes, até então feitos em carro de boi e tropa para mercadorias, e a cavalo para as pessoas e boiadas, foi uma das razões que levaram a firma Benvinhati, Salgado e Cia, dos senhores Vittorino Benvinhati, Alexandre Pereira Salgado e Salviano Monteiro Guimarães, à construção da rodovia Planaltina — Ipameri, passando por Cristalina, com a extensão de 301 kms — a primeira a ser

construída no Planalto Goiano, de iniciativa exclusivamente particular.

Passava num espigão divisor das águas dos rios Mestre D’Armas e São Bartolomeu, à direita, e de afluentes do rio São Marcos à esquerda, construída com apenas três mata-burros nos seus 12 primeiros quilômetros, a partir de Planaltina, respectivamente, nos córregos Ribeirão, Quatis e Rajadinha, dois outros mata-burros já nas proximidades de Ipameri. Eram mais de 280 kms no Espigão divisor de águas, em área absolutamente plana, locação esta feita pelo prático Balbino Carlos de Alarcão e o agrimensor Deodato do Amaral Louly.

Outras rodovias se seguiram. Para Luziânia na saída de Planaltina: para as fazendas Retiro do Bambu e Palmeiras e depois outras para cidades vizinhas e para o interior do município.

ORIGENS DA EMBRAPA EM PLANALTINA

Sendo governador de Goiás — (1946 a 1950), o Dr. Jerônimo Coimbra Bueno e seu vice-governador, empenhados na criação de um posto agropecuário a pedido dos produtores da região, com a valiosa ajuda do então deputado federal João de Abreu, foi obtida uma verba federal para sua instalação. Interesses outros porém entraram e a verba concedida destinada ao mesmo fim foi pleiteada e desviada para outra região, creio que no sudoeste goiano. Com nosso apelo e o empenho dos deputados João de Abreu e Albatênio Godoy e a boa vontade do então ministro Dr. Israel Pinheiro, a ajuda valiosa do Dr. Pereira Lira e alta compreensão do presidente Dutra, conseguimos por fim que a verba fosse dividida e assim o nosso objetivo fosse alcançado, isto é, a criação do posto agropecuário nessa região, depois transformado no escritório técnico de agricultura — Projeto Eta — 44. Outra dificuldade surgiu: a área indicada pela prefeitura local para sua implantação, na fazenda Bom Sucesso, a 10 km de Planaltina, próxima do Rio Maranhão, não satisfazia às exigências técnicas. Face a recusa dessa área, e tendo eu adquirido uma área da firma “Pina e Irmão”, de Anápolis, às margens do córrego Sarandi, na fazenda Mestre D’Armas, ofereci parte desta área, que foi julgada satisfatória, sendo então instalado ali o posto. Posteriormente, ele foi transformado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — Embrapa, no centro de pesquisa agropecuária do cerrado — CPAC, em Planaltina-DF, onde vem realizando trabalhos de reconhecido valor.

EDUCAÇÃO ANTIGA

Em outubro de 1866, foi con-

cedida a permissão para Leonel de Souza Lima abrir a primeira escola primária, particular, no Arraial de Mestre D'Armas, somente para o sexo masculino.

Em 1882, foi criada a primeira escola pública primária, também só para o sexo masculino.

Na 1ª década deste século foram fundadas duas escolas primárias — uma para o sexo masculino, na rua 1º de Junho, sendo professora Percília Mundim Guimarães — onde estudei em 1912, e a outra, de sexo feminino, na praça São Sebastião, próxima à igreja, sendo professora Rita de Almeida Campos Salgado.

Seguiram-se a estas escolas o Colégio Evangélico dos Protestantes, a escola Normal D. Olivia Guimarães, o grupo escolar de Planaltina na praça Cel. Salviano Monteiro e a escola paróquial São Sebastião.

No fim da década de 20 o governador de Goiás, Alfredo de Meraes, e seu secretário de educação, o médico Dr. Gumercindo Marques Otero, em visita a Planaltina, inauguraram o grupo escolar na praça Cel. Salviano Monteiro.

Sendo professoras Maria América Guimarães, Eliacena Pereira da Costa, Flavia Carneiro e D. Inês. A área destinada ao grupo foi doada por Salviano Monteiro Guimarães.

A instrução de Planaltina era ministrada por estes grupos escolares.

Em 1950, foi construído um grupo escolar, substituindo o que havia, na mesma praça, pelo governo do estado de Goiás, sendo secretário de obras o Dr. Colombino de Bastos.

O estudo normal era ministrado pelo colégio São José da Congregação dos Dominicanos na cidade vizinha de Formosa, pelas irmãs dominicanas da mesma Congregação (ordem), até finalmente, ser criada a escola normal D. Olivia Guimarães, em Planaltina.

MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

A mais antiga, principal e tradicional manifestação popular existente em Planaltina é a Festa do Divino. Esta festa é realizada no campo e na cidade. Os foliões giram a zona rural terminando na cidade. Na sua chega-

da celebram-se missas, há barraquinhas, danças, o levantamento do mastro e fogueiras, bem como a tradicional catira, mas acima de tudo eles oram para o Divino Espírito Santo. No final há o sorteio do novo Imperador e dos Foliões da Rocha e da cidade que serão organizadores da festa no ano seguinte.

Já a tradicional Via Sacra de Planaltina é uma procissão feita anualmente toda Sexta-Feira da Paixão, onde há representação teatral da Crucificação e Morte de Jesus Cristo. Esta encenação tem o acompanhamento de uma procissão feita de carros e de pessoas que sobem o morro a pé. Esta festa é realizada no morro da Capelinha, numa área hoje pertencente à Sra. Dulce Campos Guimarães, filha do coronel Salviano Monteiro Guimarães. A festa hoje tem repercussão a nível nacional e vem contando nos seus últimos anos com milhares de pessoas.

As demais manifestações populares, como representações teatrais, bumba meu boi, festa junina, quadrilhas, etc. são comemoradas em Planaltina, espo-

radicamente.

RELIGIÃO

As cerimônias religiosas de Planaltina eram ministradas antigamente pelos padres dominicanos de Formosa que atendiam, além desta cidade, às paróquias das cidades vizinhas em suas várias funções religiosas: missas, casamentos, batizados, crismas, etc.

Estas solenidades eram celebradas na centenária igreja de São Sebastião, na praça do mesmo nome.

Na década de 40, o padre dominicano Frei Boaventura deu início à construção da nova matriz de Planaltina, na hoje, praça padre Antonio Marcigaglia.

Por defeito de assentamento, a construção foi interrompida e os padres da nova congregação que sucedeu aos dominicanos reconstruíram a nova matriz contando com a ajuda da população planaltinense.

E aqui encerro.

Tenho certeza de muitas omissões, como também de alguns fatos que somente superficialmente pude relatar, pela escassez do tempo, ou a extensão dos assuntos e sempre, pela ne-

cessidade de outros levantamentos e pesquisas.

A diversificação dos assuntos, a amplitude dos fatos e acontecimentos e a omissão, ainda que involuntária, de detalhes e nomes, levaram-me a injustiças e falhas que pretendo — se não saná-las — reduzi-las a um limite perdoável, para que retratem aos pósteros a História o mais próximo da verdade possível, já que 100% sem falha, sem lapso, julgo impossível alcançar.

— Reminiscências de Planaltina, de Gabriela Guimarães Freitas

— Contribuição para a história de Mestre D'Armas, de Gelmires Reis.

— Planaltina: 1859 — 1973, do GDF/Secretaria do Governo, 1973. 76 P.

— Planaltina — Síntese Histórica e Estatística, do GDF/Secretaria do Governo, 1974. 139 P.

— Mestre D'Armas, Altamir. Planaltina, de Salviano Antonio Guimarães Borges e Antonio Carlos Moraes de Castro, 1981. 25 P. (Arquimemória — 1º Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação de Bens Culturais.

— Planaltina ... Relatos, do GDF/ Administração Regional de Planaltina, março 1985. 114 P.

— Relatório da comissão exploradora do Planalto Central do Brasil; relatório Cruls — Luiz Cruls. 4ª Ed. Publicado pelo GDF/ Secretaria de Governo/ Codeplan, 1984. 396 P.

— O relatório técnico sobre a nova capital da República; relatório Belcher, do GDF/ Secretaria de Governo/ Codeplan, 1984. 316 P.

— Enciclopédia dos municípios brasileiros, volume XXXVI — Goiás, do IBGE, 1958. 453 P.

— Pedra Fundamental do D.F., do GDF/ Secretaria da Cultura, 1986. 22P. (Série Patrimônio Cultural. Documentos, 2).

O Dr. Hosannah Campos Guimarães, 87, é médico e acadêmico. Na qualidade de vice, foi governador do Estado de Goiás. Endereço para correspondência: SQS 313, Bloco A, Ap. 206 — Brasília, DF.